



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

EDIFÍCIO DR. TANCREDO DE ALMEIDA NEVES

ESTADO DE SÃO PAULO



APROVADO

Providenciado a respeito

Sala das Sessões, 03 de 02 de 1987

REQUERIMENTO

Nº 01/87

[Handwritten signature]
PRESIDENTE

Sendo este vereador um dos maiores defensores do plano cruzado, inclusive com requerimento aprovado nesta Casa/ de congratulações pela adoção do plano, urge que o Govêrno Federal tome medidas verdadeiramente eficazes contra o crime da economia popular, pois é sabido que tabelamento e congelamento dos preços dos produtos sô existe nas cabeças dos Srs. Ministros da área economica, pois temos visto na prática que a maioria dos produtos já subiram de preços até a taxas exorbitantes de 100% a 300%.

O realinhamento de preços é uma verdadeira "farsa", pois enquanto estão pensando em realinhamento em torno de 25% a 40% os produtos já subiram mais de 100%.

E o que adianta a fiscalização dos preços, junto aos varejistas, quando os verdadeiros culpados são as grandes indústrias, as multinacionais e os atravessadores, em nada adianta fiscalizar o varejista, que está apenas repassando o preço que está pagando, muitas vezes, pagando o mesmo preço ou mais/ que é obrigado a vender por força do tabelamento.

O comércio varejista, nesta situação, fica como vilão da história, sofrendo pressão e fiscalização, pois para/ adquirir os produtos tem que pagar ágio e automaticamente vendê-los também com ágio.

O mal está na raiz, o Governo deve preocupar-se em fiscalizar os preços dos produtos ao sair da linha de produção, aí que reside a especulação.

E os juros, como falar em congelamento de preços dos produtos quando os próprios juros não estão tabelados e estão hoje a taxas exorbitantes de mais de 400% a.a. E as taxas de serviço que os Ministérios da área econômica autorizaram os bancos a cobrarem por motivo de seus rendimentos baixarem, após o plano cruzado, e agora continuam cobrando as mesmas taxas de ju-



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

EDIFÍCIO DR. TANCREDO DE ALMEIDA NEVES

ESTADO DE SÃO PAULO



ros jamais vistas em nossa história, os quais ajudam em muito a elevação dos preços de produtos.

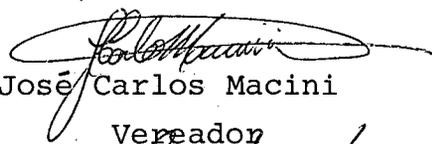
Justo seria o tabelamento dos juros, uma vez, que não se justifica o aumento dos mesmos, por adotarem a cobrança de taxas de serviços e diminuírem suas despesas, diminuindo os funcionários, dispensando empregados com salários altos e admitindo outros com salários menores para exercerem a mesma atividade.

E a indefinição do salário mínimo, sendo que muitas empresas não puderam ainda fazer a folha de pagamento do mês de janeiro até a presente data, e não sabem como devem fazer a contribuição da Previdência Social, uma vez que, a mesma vence no décimo dia do mês subsequente.

E as mensalidades escolares que continuam tendo disparidade, pois pequenas escolas do interior, nas quais as mensalidades já eram muito pequenas justamente para facilitar os alunos pobres, estão sendo obrigados a fechar por falta de recursos e por não poder aumentar as mensalidades de acordo com as necessidades.

Nestas condições, Requeiro à Mesa, pelos meios regimentais, o envio do presente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, José Sarney e aos Ministros da área econômica, Dilson Funaro da Fazenda e João Sayad do Planejamento, no sentido de estudar a possibilidade de adotar medidas que visem resolverem todos os fatos acima relatados, bem como adote medidas urgentes quanto à definição do salário mínimo.

Sala das Sessões, 03 de Fevereiro de 1987.


José Carlos Macini

Vereador

